

1 Ata da quatrocentésima quadragésima sétima reunião do Conselho Municipal Assistência Social de
2 Nova Lima (CMAS-NL), realizada no dia vinte e quatro de julho de 2024, na sala de reuniões do
3 Conselho Municipal de Saúde, situada à Rua do Ouro, nº 145, bairro Centro, em caráter ordinário.
4 Estiveram presentes os seguintes **conselheiros titulares: Maria da Conceição da Silva**
5 (representante dos usuários); **Rosana Mesquita Novaes** (representante da Rede Cidadã); **Maria**
6 **Ivanete Luiz dos Santos e Flávio Rogério da Silva** (representantes dos trabalhadores do Suas);
7 **Rodrigo Silveira Souza e Caroline Soeiro Lanna** (representantes da Secretaria Municipal de
8 Desenvolvimento Social - SEMDS); **Cíntia Linhares Costa** (representante da Secretaria Municipal
9 de Administração - SEMAD); **Jansen Couto de Rezende** (representante da Secretaria Municipal de
10 Política Urbana - SEMPUR) e **Ana Paula Silveira Lima** (representante da Secretaria Municipal de
11 Habitação - SEMHA). Participaram os seguintes **conselheiros suplentes: Bruna Carlos Pereira e**
12 **Ludson Rocha Martins** (representantes da SEMDS) e **Camila Elaine de Moura** (representante da
13 Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA). Participou como convidados: **Pedro Adamastor**
14 **Henrique** (Coordenador do Creas Centro); **Fernando Aparecido** (usuário do Cras Nordeste); **Cíntia**
15 **Cristina Machado** (da Divisão de Vigilância Socioassistencial); **Mônica Figueiredo Le Ven** (da
16 Diretoria de Proteção Especial); **Haender Rosa da Silva** (Coordenador do Cras Centro). A Secretaria
17 Executiva esteve representada pelas servidoras **Sandra Carla Maia Medeiros** (assistente social),
18 **Kelma Cristina de Oliveira Chaves** (assistente administrativo) e **Yasmin Eduarda Sena dos**
19 **Santos** (jovem aprendiz). O Presidente do CMAS Rodrigo deu início aos trabalhos apresentando a
20 pauta do dia, qual seja: 1) leitura da ata nº 446, 2) Informes; 3) Retorno Sindicância/Cestas de
21 Legumes e Básicas; 4) Minuta Resolução Kit Natalino 2024; 4) Demonstrativo Programas de
22 Transferência de Renda 1º quadrimestre de 2024; 5) Retornos e deliberação denúncias (notas fiscais
23 adulteradas) entidade; 6) Resultado recurso referente à pedido de inscrição; 7) Recomposição da
24 Comissão de Normas e Fiscalização; 8) Alteração do Plano de Serviço 2024 do Piso Mineiro; e, 9)
25 Deliberação sobre Plenária Extraordinária em agosto. O Presidente passou a palavra para a Secretaria
26 Executiva Sandra fazer a leitura da ata e após a leitura, Rodrigo **coloca em votação a ata nº 446, que**
27 **foi aprovada pelos conselheiros presentes na data a que se refere a ata.** Em seguida, passando
28 aos informes, Sandra informa aos conselheiros reportagem jornalística envolvendo o Serviço de
29 Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes e que devido a atuação jornalística
30 inadequada, a matéria trouxe consequente violação dos direitos estabelecidos no Estatuto da Criança
31 e do Adolescente - ECA. Foi explicado que o assunto foi tratado na Mesa Diretora que deliberou por
32 encaminhar denúncia ao Ministério Público - MP para investigação em relação à forma que foi feita,
33 o Presidente do CMAS conjuntamente com a Presidente do CMDCA assinarão representação
34 conjunta a ser encaminhada ao MP. Rodrigo reforça que a denúncia é em relação à matéria feita pelo
35 jornal, uma vez que já tinha ocorrido reunião convocada pela Promotora que em decorrência da
36 matéria escrita convocou a participação da Gestão da Semds e dos dois conselhos tutelares para tratar

Sandra Medeiros *Jansen* *Camila*

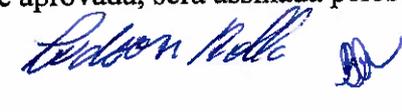
37 o assunto. Rodrigo explicou que os conselhos tutelares vêm acompanhando o progresso do
38 reordenamento do Serviço de Acolhimento e na reunião atestaram improcedentes as denúncias
39 realizadas em desfavor do Serviço. Disse que no momento da reunião, a Promotoria não tinha tido
40 acesso ao vídeo produzido na matéria que envolve a escuta de uma criança sem a devida autorização
41 dos responsáveis legais e este vídeo foi encaminhado a ela posteriormente. Rodrigo informou que
42 houve providências em relação aos cuidadores que estando a serviço não evitaram a situação que
43 expôs a criança e o Serviço. Ele disse que apesar do fato, os cuidadores estão em capacitação
44 continuada e de aprendizado de suas responsabilidades. Rodrigo expôs que o momento com a
45 Promotora foi oportuno para tratar sobre a aplicação das medidas socioeducativas, serviço que
46 historicamente no município tem pouca efetividade com atendimento de 4 a 5 adolescentes por mês
47 no Creas. Na sequência dos informes, Sandra fala que na última plenária deliberou-se por recompor
48 Comissão de Normas e Fiscalização e no final da plenária D. Conceição se candidatou, no entanto
49 ela se esqueceu de convocá-la para a reunião e como para a reunião foi confirmada somente a presença
50 do conselheiro Flávio, decidiu por cancelar devido à complexidade da pauta que se refere às denúncias
51 que envolvia o Proreis. Informou que apesar do cancelamento os assuntos não ficaram parados, houve
52 diligências da Secretaria Executiva e discussão dos assuntos na Mesa Diretora. Em relação à
53 reprovação da prestação de contas do Termo de Colaboração nº 03/2018 foi aberto prazo recursal e a
54 entidade teria 15 dias para resposta, não havendo, portanto, providências a serem adotadas na
55 Comissão. Na sequência, Rodrigo passa a palavra para Ludson apresentar a alteração do Plano de
56 Serviço de 2024 do Piso Mineiro Fixo. Ludson explica que o Conselho já deliberou sobre essa pauta
57 no início do ano, que o Piso Mineiro são recursos Estaduais, planejados para benefício eventual,
58 aluguel, compra de material permanente, seja para Serviço ou para Gestão, mas após a deliberação
59 no início do ano do valor aproximado de 200 mil reais houve notícia boa, a Sedese ampliou o valor
60 do Piso Mineiro para os municípios, um aumento de quase 50%, sendo R\$100.944,88 (cem mil,
61 novecentos e quarenta e quatro reais e oitenta e oito centavos), sem vinculação do gasto a
62 detalhamento de meta física. A Gestão propõe o gasto com benefícios eventuais de maneira geral,
63 para qualquer benefício previsto na Resolução nº 46/2021, de maneira flexível. Sandra lembra aos
64 conselheiros que o Plano foi aprovado na Resolução nº 11/2024 com meta para PAIF e PAEFI e
65 sugere a aprovação do recurso conforme o detalhamento da Gestão, pois é um valor acrescido pelo
66 Governo do Estado. Rodrigo disse que a proposta é manter uma boa execução dos recursos de
67 cofinanciamento. **Rodrigo coloca em votação a programação do recurso do Piso Mineiro, que foi**
68 **aprovado pelos conselheiros Maria da Conceição, Rosana, Flávio, Maria Ivanete, Rodrigo,**
69 **Caroline, Camila, Cíntia, Jansen e Ana Paula.** Em seguida, passou-se ao ponto referente ao retorno
70 Sindicância/Cestas de Legumes e Básicas. Sandra realizou um breve histórico das discussões sobre o
71 tema no Conselho: pauta de cesta de legumes dia 23/08/2023 onde consta que o próprio Conselho
72 reprovou as prestações de contas em relações a cestas básicas, como consta na ata 445 da reunião
73 plenária do dia 24/04 e retorno da Gestão, que solicitou mais 60 dias para tomar outras providências

Stato mabo @ Ludson Kelly

74 com alguns procedimento indicados pela Controladoria Geral do Município. Sandra explicou que
75 passando os 60 dias solicitados pela Gestão, prazo que finalizou no dia 24/04, passando-se 30 dias a
76 mais do prazo solicitado e sem retorno formal, o assunto foi levado à Mesa Diretora. Rodrigo diz que
77 esse assunto voltou para dentro da Gestão com a troca de Secretário e tentaram retomar a comissão
78 dos entraves, morosidade. A conselheira Ana Paula manifestou preocupação sobre as acusações de
79 servidores que supostamente podem ser inocentes no processo e solicita agilidade no processo de
80 averiguação. Sandra explica que a deliberação do Conselho foi que após transitados os 60 dias do
81 prazo seria deliberado encaminhar ou não a denúncia para o Tribunal de Contas do Estado TCE com
82 indicativo de abertura de Tomada de Contas Especial, tendo em vista suposto desvio de recurso
83 público que afeta a Política Pública de Assistência Social e suposto prejuízo aos usuários. Rodrigo
84 diz sobre duas propostas que são: já encaminhar para o TCE e a outra aguardar da Gestão, na próxima
85 plenária, trazer ofício com protocolo do pedido de Tomada de Contas por parte da Gestão da Semds.
86 Rodrigo coloca que independentemente da decisão do Conselho, a Gestão fará o encaminhamento
87 para o Órgão de Controle Interno do Município. Rodrigo colocou em votação as duas propostas e
88 **votaram para enviar ao TCE os conselheiros Ivanete, Cintia, Ana, Rosana, Camila, Flávio e**
89 **Dona Conceição e votaram aguardar o retorno da Gestão os conselheiros Rodrigo, Jansen e**
90 **Caroline.** Deliberado encaminhar ao TCE pela maioria dos votos. Na sequência, iniciou-se a
91 apresentação da Resolução do Kit Natalino, mas devido a pauta não ter sido apreciada na Comissão
92 e as dúvidas que foram surgindo, o Presidente sugeriu cancelar a apresentação e o documento ser
93 encaminhado para a Comissão de Normas e também no grupo dos conselheiros para maior discussão.
94 Em seguida, o Presidente passou a palavra para Cíntia, técnica do Setor de Vigilância
95 Socioassistencial apresentar o demonstrativo de Acompanhamento dos Programas de Transferência
96 de Renda referente ao 1º quadrimestre de 2024. Cíntia apresentou o perfil das famílias inscritos no
97 Cadastro Único por renda per capita, faixa etária e gênero. Novos cadastros no quadrimestre foram
98 inseridas 544 novas famílias, sendo janeiro 150 famílias, fevereiro 113, março 152 e abril 129. 182
99 famílias com renda até 218 reais por pessoa, com perfil para o acesso ao Bolsa Família; 101 famílias
100 com perfil de baixa renda (RPC até ½ salário mínimo) e 261 famílias com perfil acima de ½ salário
101 mínimo, sem perfil, não elegível para os programas de transferência de renda, mas elegível para outros
102 programas sociais. 2004 atualizações cadastrais, impactadas pelos procedimentos de averiguação e
103 revisão cadastral, ação realizada pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e
104 Combate à Fome (MDS). Descritivo dos benefícios do Bolsa Família. Folha de pagamento com valor
105 investido no 1º quadrimestre de R\$11.608.940,00 (onze milhões, seiscentos e oito mil novecentos e
106 quarenta reais), pelo Governo Federal. Sobre o Programa Municipal Nova Renda, apresentou o
107 descritivo dos benefícios do programa, como piso básico, as variáveis da educação, as variáveis da
108 Política de Assistência Social. O valor da folha de pagamento no quadrimestre foi de R\$2.711.889,00
109 (dois milhões, setecentos e onze mil, oitocentos e oitenta e nove reais). Descritivo por tipo de
110 Benefícios do Programa Nova Renda - PNR, Benefício Especial I (Jovem desligado do Serviço de

Sandra M. A. M. [assinatura]

111 acolhimento 18 com anos), não houve concessão. Programa Nova Renda- Benefício Especial II
112 (crianças e adolescentes em Unidades de Acolhimento), R\$18.000,00 (dezoito mil reais). Benefício
113 Especial III – (benefício para estudantes Ensino Médio), R\$323.000 (trezentos e vinte e três mil reais).
114 Ela apresentou também a rede de comércios credenciados para utilização do cartão do PNR.
115 Terminada a apresentação e sanadas as dúvidas dos conselheiros, a Secretaria Executiva apresentou
116 o Parecer nº 02/24 da Comissão de Acompanhamento dos Programas de Transferência de Renda que
117 referenda o LT SE nº 06/2024 “Com base na apresentação dos dados contidos nos demonstrativos de
118 APTR do 1º quadrimestre e no Laudo Técnico SE nº 06/2024 a Comissão emite parecer de aprovação
119 a ser apresentado à plenária”. Ressaltando-se a necessidade do próximo demonstrativo constar os
120 dados contabilizados pelos Cras sobre demanda reprimida para atendimento do usuário que demanda
121 a atualização ou realização do Cadastro Único ou absenteísmo nos agendamentos, como forma de
122 avaliar a demanda e instrumentalizar a gestão no possível aumento de cadastradores. O Presidente
123 **colocou em votação o Demonstrativo Programas de Transferência de Renda 1º quadrimestre**
124 **de 2024 que foi aprovado pelos conselheiros Maria da Conceição, Rosana, Flávio, Maria**
125 **Ivanete, Rodrigo, Caroline, Camila, Cíntia, Jansen e Ana Paula** Neste momento, não havendo
126 mais quórum, mas se tratando de pauta já deliberada pela Mesa Diretora o retorno e deliberação sobre
127 denúncias (notas fiscais adulteradas) por entidade, Sandra explicou que foi colocado como ponto de
128 pauta e não como informe, uma vez que assim fora discutido na última plenária. Ressaltando que
129 apesar de não haver passado na Comissão de Normas como explicado acima, o assunto foi deliberado
130 pela Mesa Diretora. Rodrigo explicou que a própria entidade Proreis assumiu em documento e
131 também realizou denúncia ao MP em desfavor do município e a resposta da Gestão seria não poder
132 pagar a instituição pela própria confissão de fraude em nota fiscal. Sandra fez o contexto da pauta
133 tratada, com a leitura dos documentos entregues no Conselho. Rodrigo ressaltou parte do documento
134 com a leitura de texto que claramente há a confissão por parte do Proreis na adulteração das notas
135 fiscais. A conselheira Caroline posicionou-se dizendo que é importante a plenária estar ciente, mas
136 não cabe deliberação, pois não há como ser contrário a outra decisão a não ser encaminhar ao
137 Ministério Público. Rodrigo explicou que a decisão de encaminhar a pauta para a Comissão,
138 anteriormente era o fato de necessitar avaliar a situação, quando ainda não havia elementos
139 comprobatórios. Conforme Rodrigo, apesar do Setor Financeiro ter feito um brilhante trabalho, a
140 análise das notas cabia passar pelo crivo da Fazenda e também o direito de resposta à entidade, mas
141 tratando-se de um crime, a Mesa Diretora deliberou pelo encaminhamento ao Ministério Público.
142 Sandra informou a necessidade de recomposição da Comissão de Normas por conselheiro
143 representante da Gestão e o conselheiro Ludson manifestou interesse, sendo referendado pela
144 Plenária. Em relação a pauta sobre Plenária Extraordinária ficou de ser deliberada pela Mesa Diretora.
145 Nada mais havendo a tratar, eu **Sandra Carla Maia Medeiros**, lavrei a presente ata, que após lida
146 em plenária e aprovada, será assinada pelos conselheiros.

 . 

Rodrigo Silveira Souza
Presidente do CMAS-NL

Maria Ivanete Luiz dos Santos
Vice-Presidente do CMAS-NL

Maria da Conceição da Silva
Maria da Conceição da Silva
2ª secretária do CMAS-NL

AP

Ana Paula Silveira Lima

Bruna Carlos Pereira
Bruna Carlos Pereira

Camila Elaine de Moura

Caroline Soeiro Lanna

Cintia Linhares Costa

Cintia Linhares Costa

Flávio

Flávio Rogério da Silva

Jansen Couto de Rezende

Ludson Rocha Martins

Ludson Rocha Martins

Rosana Mesquita Novaes